INTRODUÇÃO^{1,2}

Tatiana Dias Silva³

Antonio Teixeira⁴

Angélica Kely de Abreu⁵

*No dia 14 de maio eu saí por aí
Não tinha trabalho, nem casa, nem pra onde ir
Levando a senzala na alma eu subi a favela
Pensando em um dia descer, mas eu nunca desci.*⁶

Lazzo Matumbi e Jorge Portugal

A pandemia de Covid-19 trouxe condições trágicas para a humanidade. Além do contingente impressionante de mortos,⁷ provocou o adoecimento de outras dezenas de milhões de pessoas, levando a medidas de distanciamento social e ao tensionamento e expansão abrupta dos sistemas de saúde. Entre os efeitos da crise estão também a revisão de estratégias nacionais e internacionais de proteção social e desenvolvimento tecnológico e a reorganização de sistemas produtivos. Em que pesem, no entanto, a vivência global da pandemia e as visões românticas sobre um futuro comum mais humanizado, esses efeitos são compartilhados de modo desproporcional entre países, grupos sociais e comunidades.

Recentes acontecimentos têm intensificado o debate sobre o racismo e as desigualdades raciais no mundo. O assassinato de George Floyd, nos Estados Unidos, fez eclodir, para além das suas fronteiras, uma série de manifestações antirracistas que defendem o lema Vidas Negras Importam. Esse grito, já presente no protesto negro no Brasil, se fez ouvir de modo amplificado a partir desse contexto. Essas manifestações acontecem em plena pandemia causada pelo coronavírus, que tem se mostrado muito mais agressiva e devastadora nas comunidades pobres ao redor do mundo e nos territórios negros no Brasil ou nos Estados Unidos.

No Brasil, a compreensão cada vez mais difundida do caráter estrutural, sistêmico e institucional do racismo reclama, para além do diagnóstico dessa realidade, uma postura social de enfrentamento e antirracismo, em um contexto em que a inserção governamental da pauta racial tem perdido força significativa. Se, por um lado, ainda disputamos a produção de dados de qualidade sobre a questão racial em diversos campos, incluindo aqueles em que há dados disponíveis, por outro, essas informações ainda são desconsideradas nos diagnósticos e nas soluções. Não raro, os contingentes vulnerabilizados são tratados como invisíveis ou têm suas especificidades e realidades negligenciadas nas políticas públicas.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi26introd>

2. Artigos aprovados em outubro de 2020.

3. Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea.

4. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

5. Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Disoc/Ipea.

6. Extrato da letra da canção 14 de Maio, assim como as outras duas passagens adiante no texto.

7. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19>>.

O mundo me olhava, mas ninguém queria me ver.

Isso é ainda mais relevante se pensarmos que políticas nacionais trataram classicamente as pertencas diversas e heterogêneas de grupos sociais negros e indígenas como problema que a agência estatal integradora dissolveria. As pautas de raça e etnia na cena pública explicitam, cada uma a seu modo, o caráter violento da ideia de nação enquanto unidade homogênea, fornecendo importantes aportes críticos para pensar a ação estatal nos tempos atuais. Além disso, a crise sanitária tornou ainda mais evidente os problemas estruturais que enleiam estes grupos sociais em seus contextos específicos, indicando que desigualdades e diferenças são instâncias não negligenciáveis da realidade. Os canais do debate entre raça e etnia, porém, não estão construídos e demandam esforços adicionais que esta publicação apenas enuncia.

Esses fenômenos, totalmente conectados, trazem à tona o debate sobre os processos discriminatórios e as desigualdades no país. Como esses problemas afetam as políticas públicas, como são por elas alcançados e como são por elas afetados e, não raro, agravados são questões desta proposta de edição temática do *Boletim de Análise Político-Institucional*. Espera-se também apontar algumas alternativas para enfrentamento das desigualdades raciais e do racismo, especialmente nesse contexto de crise sanitária e de seus efeitos. Para tanto, a proposta foi congrega pesquisadores e pesquisadoras do Ipea e de outras instituições, por meio de artigos convidados.

Esta edição começa com o texto de Fernanda Lopes sobre a saúde, o Sistema Único de Saúde (SUS) e o momento da pandemia. O direito à saúde no Brasil, individual, mas condicionado pela garantia de condições de vida a todos os segmentos sociais, passa pela compreensão e gestão da saúde pública. O SUS, considerado mecanismo de justiça social e redução das desigualdades, compreende o cuidado de saúde circunscrito em um contexto de bem-estar social, no qual o reconhecimento das desigualdades de condições é essencial para promover a equidade. Nesse cenário, em que as desigualdades raciais se apresentam como estruturantes para a desigualdade social, o racismo e as diferenças de condições de vida da população negra são centrais para compreensão de condições desiguais de saúde e, agora, especialmente no contexto da pandemia, de condições de vida e morte. Para a autora, enfrentar essa realidade e promover equidade na saúde pressupõe defender o SUS, por seu caráter de redutor das desigualdades, o que envolve o questionamento dos limites orçamentários que reduzem seu alcance e efetividade, a garantia de visibilidade estatística, a participação social, o compromisso com o combate às desigualdades identificadas e o enfrentamento aos mecanismos que operam sua reprodução.

No artigo seguinte, lançaremos o olhar para as vulnerabilidades acentuadas na atual situação de confinamento social e para como velhos (des)arranjos na atuação do Estado podem ser potencializados neste momento pandêmico, por meio da violência policial. Daniel Hirata, Shyrlei Rosendo dos Santos, Carolina Christoph Grillo, Camila Barros Moraes, Renato Dirk e Lidiane Malanquini, integrantes do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI/UFF) e da Redes de Desenvolvimento da Maré, elucidam como as decisões judiciais que visam estabelecer limites legais para as operações policiais no Rio de Janeiro produziram impactos muito significativos na redução da violência delas decorrente, sem que houvesse aumento das ocorrências criminais. Os autores apresentam um paralelo entre as ações judiciais e a redução de operações policiais e seus efeitos na diminuição da violência sobre vidas negras nas favelas.

Ainda sobre tais (des)arranjos institucionais, o texto de Felipe Freitas traça um panorama coeso e abrangente sobre o impacto da Covid-19 no sistema prisional ao indicar como o sistema penal atinge principalmente a população negra e é forjado pelo racismo e pelas perspectivas sociais de enquadramento dos corpos negros. O autor, além de analisar medidas adotadas pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e as decisões dos juízes após a Recomendação nº 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), destaca o problema da superlotação carcerária e a emergência de ação pelo Depen e pelos estados para o cumprimento de seus deveres com aqueles que estão sob sua custódia.

Em seguida, Pedro Souza apresenta artigo sobre desigualdade de renda, em que analisa as variações na massa salarial de brancos e negros durante a pandemia, os pesos relativos da ocupação, da jornada de trabalho e dos salários sobre essa variação e os efeitos dos auxílios emergenciais. O autor pontua que, diante dos efeitos de salários, jornada e emprego, este último foi predominante na redução da massa salarial das pessoas negras, o que impinge maior desafio na recuperação pós-pandemia. Por sua vez, a população negra, notadamente a mais atingida pela pobreza e por vínculos informais, foi mais beneficiada pelos auxílios emergenciais, o que reduziu, mas ainda manteve em altos patamares, as desigualdades raciais de renda. Assim, a extinção ou redução dos patamares do auxílio emergencial, considerando o volume dispensado e seu impacto na massa salarial, estes combinados a uma provável recuperação mais lenta dos empregos nesse segmento, tende a ampliar as desigualdades raciais.

Posteriormente, trata-se do mundo do trabalho e seus novos contornos advindos da pandemia. Tatiana Silva e Sandro Pereira analisam as diferenças na realidade do mercado de trabalho sob efeitos da pandemia, considerando a condição de negros e brancos. Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19, avaliam como indicadores relativos a desocupação e informalidade, afastamento temporário do trabalho e trabalho remoto, e desemprego por desalento causado pela pandemia refletem os efeitos desiguais da crise sanitária. Essa desigualdade está expressa tanto nas condições de enfrentamento da crise como naquelas que possam indicar a sua superação, ensejando atenção e políticas públicas que impeçam o alargamento do já imenso fosso racial brasileiro.

Carolina Tokarski e Luana Pinheiro discutem como a pandemia evidencia e amplia as vulnerabilidades associadas ao trabalho doméstico. Este é um tema relevante, dado que o trabalho doméstico é uma importante ocupação feminina, e sua precarização é determinante das desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho. Nessa direção, o artigo salienta a relevância da criação do auxílio emergencial para as trabalhadoras domésticas, muitas das quais não teriam acesso a nenhuma proteção social de outra forma, nesse período. O texto aborda a condição dessas trabalhadoras no Brasil durante o período da pandemia, inclusive em termos de violações de seus direitos básicos. Nele são discutidos aspectos centrais que implicam o aprofundamento da precarização das condições de trabalho dessa categoria profissional, historicamente marcada pela informalidade e desproteção social, paralelamente às medidas de isolamento tomadas para o enfrentamento da pandemia.

Tais medidas também impactaram de forma contundente os empreendedores, que, com as portas fechadas, tiveram que reinventar a forma de exercer suas atividades, muitas delas encerradas de forma definitiva. Angélica Kely de Abreu, Giovanni Silva Beviláqua, Marco Aurélio Bedê e Mauro Oddo Nogueira, com base nas pesquisas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), apresentam uma comparação do impacto da pandemia no empreendedor branco e negro ao analisar uma importante e rica fonte de informações estatísticas sobre o tema, e questionam: terá a pandemia cor?

Ernesto Pereira Galindo e Jorge Ubirajara Pedreira Júnior apresentam amplo panorama sobre as condições de moradias usufruídas pela população negra e suas repercussões no contexto de pandemia, em que a casa é espaço recomendado de refúgio. Tomando por base o município de Salvador, os autores exploram em que medida a sobrerrepresentação da população negra em recortes espaciais marcados pela ausência de acesso a bens, serviços e demais componentes do direito à moradia adequada conduz o conjunto deste segmento populacional a uma maior exposição aos riscos de contágio e morte por Covid-19.

Esta edição temática encerra-se com dois artigos que tratam da situação enfrentada pelas comunidades quilombolas e indígenas, agravada nesse contexto de pandemia. Primeiro, Givânia Silva e Bárbara Souza relatam como a situação precária já vivenciada pelas comunidades quilombolas – que vai desde a disputa secular e cotidiana por seus territórios constitucional e legitimamente assegurados, até suas condições básicas de vida e diminuição das ações governamentais a elas dirigidas – se agrava na crise sanitária vigente, devido a medidas pouco adaptadas para a sua realidade e diante da baixa capacidade de resposta que o estado de vulnerabilidade permite a essas comunidades, sem o devido apoio estatal. Em contrapartida, as comunidades seguem por si mesmas, desenvolvendo meios de resistências.

Por fim, Frederico Augusto Barbosa da Silva e Isabella Cristina Lunelli tratam da situação indígena em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, durante a pandemia, em que o recurso à judicialização vocalizou os desafios enfrentados por esta população. São Gabriel da Cachoeira é um bom caso para se pensar de que modo uma agência estatal focada na ideia de nação indígena pode contribuir para uma maior exposição de grupos já vulnerabilizados aos riscos sociais que a sua própria ação intenciona evitar. A crise explicitou as incompatibilidades do modelo federal centralizado, a insuficiência de recursos e a ausência de canais públicos de participação e deliberação. Some-se a isto a indiferença às características territoriais dos grupos indígenas, recordando-se que existem no Brasil mais de trezentas etnias com diferentes relações com o Estado, língua oficial, cidades etc. A análise do caso de São Gabriel da Cachoeira emerge aqui, portanto, como uma janela a partir da qual outros contextos territoriais podem e devem ser analisados, conferindo contornos específicos aos modos pelos quais direitos constitucionais são sistematicamente desrespeitados.

Desse modo, esta edição do *Boletim de Análise Político-Institucional* procura agregar dados e informações altamente relevantes sobre o tema abordado, buscando, ainda que parcialmente, cobrir uma lacuna importante no debate sobre raça/cor e Covid-19 no Brasil. Muito mais do que cobrar a visibilidade da população negra e indígena nas políticas públicas, cobra-se o espaço daqueles que não mais se contentam em apenas ser objeto do olhar, mas que veem uma sociedade que urge políticas públicas e um debate público em que o antirracismo seja tão estrutural quanto historicamente se organiza o racismo.

*Pensaram que poderiam me fazer perder
Mas minha alma resiste, o meu corpo é de luta
Eu sei o que é bom, e o que é bom também deve ser meu
A coisa mais certa tem que ser a coisa mais justa
Eu sou o que sou, pois agora eu sei quem sou eu.*